



e-SUSTAINABILITY2019

ATAS DO SEMINÁRIO DOUTORAL DO DOUTORAMENTO
EM SUSTENTABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

**COORDENAÇÃO**

CARLA OLIVEIRA; JORGE TRINDADE;
SANDRA CAEIRO; MARC JACQUINET

TÍTULO

E-SUSTAINABILITY 2019 | ATAS DO SEMINÁRIO DOUTORAL DO
DOUTORAMENTO EM SUSTENTABILIDADE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

PRODUÇÃO

SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DIGITAL
DIREÇÃO DE APOIO AO CAMPUS VIRTUAL

EDIÇÃO

UNIVERSIDADE ABERTA 2019©

COLEÇÃO

CIÊNCIA E CULTURA | N.º 7

ISBN

978-972-674-857-1

Este livro é editado sob a Creative Commum Licence, CC BY-NC-SA 4.0

De acordo com os seguintes termos:

Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

Creative commons licence

PERCEÇÃO DE UMA POPULAÇÃO RURAL SOBRE SUSTENTABILIDADE: O CASO DA BEIRA BAIXA, PORTUGAL

Sandra Manso

Instituto Politécnico Castelo Branco
CENSE – Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade
sandramanso@ipcb.pt

Sandra Caeiro

Universidade Aberta
CENSE – Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade
scaeiro@uab.pt

Carlos Pardo

Universidad Nacional de Educación a Distancia
cjpardo@geo.uned.es

Palavras-chave: Indicadores, Sustentabilidade local, Municípios Rurais, Participação Pública

INTRODUÇÃO

Desde a Agenda 21 Local, iniciada pela Conferência do Rio (em especial o capítulo 28, em 1992) e da primeira Conferência Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis (em 1994), a monitoração da sustentabilidade local, ganhou um lugar de destaque e uma importância cada vez maior, quer a nível mundial, a nível europeu e a nível nacional, com base em indicadores ou critérios de avaliação, de modo a apoiar os processos de tomada de decisão local, sendo uma das suas aplicações mais comuns a comparação entre municípios (Guerra & Schmidt, 2009; Niemann et al., 2017; Schmidt & Guerra, 2007; Seixas, 2008; Tanguay et al., 2010).

Em Portugal ainda se verifica uma escassa inclusão de critérios de sustentabilidade no planeamento urbano, sendo um dos países europeus que mais tardiamente respondeu ao apelo da comunidade internacional no que diz respeito à Agenda 21 Local (Dias, 2015), sendo o papel dos indicadores limitado provavelmente à reduzida preocupação com processos democráticos mais inclusivos e

participativos ou com uma maior transparência das políticas locais (Moreno-Pires & Fidélis, 2012). Em particular nos municípios rurais e de baixa densidade populacional estas questões não são particularmente abordadas.

A Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB) é composta por seis municípios (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Rodão), tem uma área de 4 614,64 km², representa aproximadamente 0,8% da população residente nacional, o que se traduz na mais baixa densidade populacional (17,9 hab/km²) de Portugal. Segundo a CIMBB (2015) os municípios de perfil rural¹ (Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova e Oleiros) registam fortes debilidades estruturais, refletidas nos indicadores demográficos e socioeconómicos.

No âmbito geral onde esta investigação se insere pretende-se analisar as percepções, o conhecimento e as atitudes da população maioritariamente rural da CIMBB sobre o Desenvolvimento Sustentável (DS) e quais as áreas onde é preciso atuar para a sua aplicação no âmbito da região onde residem, com base num inquérito dirigido à população adulta desta região. Nesta apresentação pretende-se analisar as diferenças entre os diversos municípios que compõem a CIMBB e, em especial, os temas do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) que servirão de base ao desenvolvimento futuro de um sistema de indicadores baseado num processo de envolvimento da população local.

MÉTODOS

Tendo em conta a dimensão da população recorreu-se a um inquérito por questionário a uma amostra representativa da população em análise. A conceção do inquérito por questionário contemplou as

¹ Um município rural é caracterizado por quatro princípios comuns: baixa densidade populacional; predominam as áreas agrícolas, florestais e pastagens; forte relação entre os habitantes e o ambiente envolvente; e, fortes relações sociais entre os seus habitantes (Boggia et al., 2014; Comíns & Moreno, 2012; Palmisano et al., 2016).

seguintes fases: a) revisão bibliográfica sobre DS e temas do SIDS²; b) elaboração da primeira versão; c) contributos da comunidade académica; d) elaboração da nova versão; e) pré-teste realizado em março de 2018; f) elaboração da versão final. O inquérito foi composto por questões fechadas, maioritariamente de escolha múltipla e na escolha dos temas do SIDS recorreu-se a uma escala de likert (1-nada importante a 5-muito importante), organizado em cinco partes: Percepção DS, Avaliação do DS do concelho de residência, O que é importante avaliar no DS da sua região, Participação pública e Caracterização.

O inquérito por questionário foi aplicado à população residente e maior de idade. Foi distribuído pelos diversos concelhos que compõem a CIMBB, entre abril e setembro de 2018. O processo de recolha sofreu alguns constrangimentos devido às características da população em estudo, por tratar-se de uma população maioritariamente idosa (cerca de um terço), pela dimensão do questionário e pelo objetivo de inquirir 1% da população. No âmbito específico deste trabalho foram efetuadas análises estatísticas (e.g. Teste do Qui-Quadrado de Pearson) com o objetivo de analisar os resultados com o propósito de inferir para a população da CIMBB e seus municípios.

RESULTADOS

A amostra em estudo é constituída por 806 indivíduos, dos quais 504 (62,5%) residem no concelho de Castelo Branco, 95 (11,8%) em Idanha-a-Nova, 49 (6,1%) em Penamacor, 76 (9,4%) em Proença-a-Nova, 52 (6,5%) em Oleiros e 30 (3,7%) em Vila Velha de Ródão. Mais de metade dos inquiridos é do género feminino (52,4%), 35% tem 65 anos e mais e, pelo oposto, quase 7% está na faixa etária entre 18 e 24 anos. Dos inquiridos, 99% é de nacionalidade portuguesa e 82,9% nasceu no distrito de Castelo Branco. Quase um terço dos inquiridos tem ensino superior, 46,2% está empregado por conta de outrem, maioritariamente no sector terciário (69,5%), mas o sector primário representa 14,5% dos inquiridos. De realçar, que cerca de 34,4%

dos inquiridos está reformado e quase 2% dos inquiridos “não tem habilitações”, sendo o concelho de Vila Velha de Ródão que regista o valor mais elevado (10%), seguindo-se o concelho de Penamacor (8,2%). Cerca de 93% reside na CIMBB há mais de 5 anos e 52,4% classificaram o seu rendimento como “razoável”.

Relativamente à Percepção DS, o Teste do Qui-Quadrado de Pearson confirmou a existência de uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis “Já ouviu falar no termo “desenvolvimento sustentável?” e “concelho” ($p < 0,001$). Em particular, constata-se que no concelho de Castelo Branco apenas 7,9% afirma nunca ter ouvido falar em DS enquanto nos restantes concelhos essa percentagem é sempre igual ou superior a 13,2%. Note-se que no concelho de Vila Velha de Ródão a percentagem de inquiridos que afirma nunca ter ouvido falar em DS atinge os 33,3%.

Foi criado um índice que resultou da soma das pontuações obtidas nos itens que integravam cada uma das dimensões em análise (economia, ambiente, social e governança), referente às temáticas associadas ao conceito de DS, constata-se um desequilíbrio entre as quatro dimensões, quer na CIMBB e nos concelhos, como se pode observar na figura 1.

² e.g. APA (2007); Huang (2015); Lopes (2013); Moreno Pires (2017); Schmidt et al. (2016); Viégas (2017).

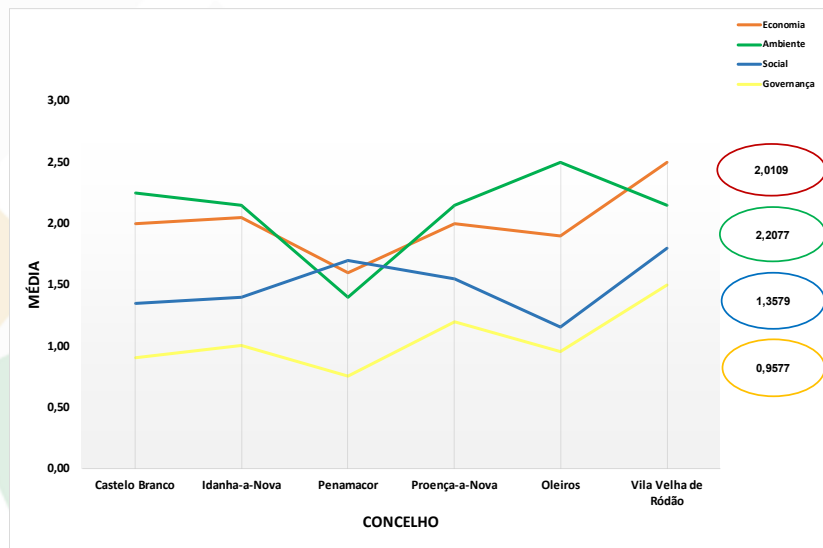


Figura 1: Resposta à pergunta “No seu entender quais as principais temáticas associadas ao Desenvolvimento Sustentável” (por concelho)

Sobre o que é “importante avaliar no DS da sua região”, apesar de não ter sido identificada uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis “concelho” e “Já ouviu falar em Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), como um instrumento para avaliar e relatar a evolução da sustentabilidade de uma determinada região, como a Beira Baixa e os seus concelhos?”, observa-se que nos concelhos de Idanha-a-Nova e Castelo Branco a percentagem de inquiridos que nunca ouviu é de 52,3% e 54,9% respetivamente (inferior à média da CIMBB 56,8%), pelo oposto é no concelho de Vila Velha de Ródão que atinge o valor mais elevado (76,9%).

Na questão referente aos Temas que deveriam compor o SIDS, 24 temas obtiveram uma média superior a 4 (importante e muito importante) num total de 40 temas. Pelo oposto, em todos os concelhos da CIMBB os 2 temas que registaram a menor média e o maior desvio padrão foram “Ambiente marinho e costeiro” e “Pescas”, com exceção do concelho de Vila Velha de Ródão que os temas com a menor média são “Governança”, “Padrões de consumo” e “Empreendedorismo”, apesar de não terem o maior desvio padrão. A maioria dos 24

temas escolhidos pela população da CIMBB pertencem à dimensão ambiental e social (e.g. Qualidade do ar, Água doce, Resíduos, Natureza e Biodiversidade, Florestas, Agricultura, Energia, Educação, Cultura, Saúde e Habitação).

Foi ainda questionado sobre a Participação pública, em concreto se realizavam Trabalho Voluntário nalguma Instituição/Organização sem fins lucrativos, cerca de 22% realiza trabalho voluntário, sendo as principais áreas de intervenção “Cultura, Educação e Recreio” (56,9%) e “Saúde e assistência social” (37,9%). O Teste do Qui-Quadrado de Pearson confirmou a existência de uma associação estatisticamente significativa entre esta variável e o “concelho” ($p < 0,05$), o valor mais elevado foi registado em Oleiros (36%), pelo oposto Castelo Branco regista o valor mais baixo (18%). O voluntariado é consideravelmente baixo na CIMBB, mas semelhante aos valores registados em Portugal (Schmidt et al., 2016). Estes resultados, apesar de progresso, salientam ainda o baixo envolvimento participativo dos cidadãos na vida pública e na defesa do meio ambiente (Schmidt & Guerra, 2013).

Quando comparamos as questões semelhantes ao Primeiro Grande Inquérito sobre Sustentabilidade (Schmidt et al., 2016) com as respostas obtidas na CIMBB e seus municípios, por exemplo nas temáticas associadas ao DS, as dimensões ambiental e económica parecem relativamente interligadas e com resultados relativamente semelhantes, a menos valorizada é a dimensão governança/institucional. No entanto, registamos algumas diferenças significativas, em concreto na questão sobre quais os sectores que se deveria investir, os sectores apontados pelos residentes na CIMBB (Educação e formação: 75,5%, Energias renováveis: 58,1%, Ambiente: 57,7% e Florestas: 49,1%) diferem bastante do Primeiro Grande Inquérito (45,7%, 37,1%, 23,2% e 5,8%, respetivamente). Estas diferenças, provavelmente, devem-se ao perfil de ruralidade da CIMBB e por se tratar de uma região do interior de Portugal, com características bem distintas quando comparada a indicadores socioeconómicos nacionais, revelando a importância da sua avaliação.

CONCLUSÕES

Observam-se diferenças entre os municípios em análise em particular nas temáticas associadas ao DS, em particular em Penamacor e em Oleiros as dimensões mais valorizadas são a Social e a Ambiental, respetivamente. Verificam-se diferenças significativas na classificação dos residentes relativamente ao desempenho do seu concelho nas diferentes dimensões. Os temas mais selecionados (média superior a 4,20) na CIMBB foram Saúde, Educação, Qualidade do ar, Florestas, Emprego, Natureza e Biodiversidade, Agricultura e Água doce. Na análise por concelho, apenas em Castelo Branco e em Oleiros os 8 temas coincidem com a CIMBB, em Proença-a-Nova difere apenas num tema (surge a Solidariedade em vez da Natureza e Biodiversidade), o município que regista a maior diferença é Vila Velha de Ródão, com 5 temas. Tendo em conta as especificidades de cada região, é essencial que cada comunidade promova o seu SIDS, através da participação pública, com base em indicadores comuns, mas este sistema deve permitir uma comparação quer a nível regional quer a nível nacional. É, também, fundamental a sua divulgação pelos meios de comunicação social, quer nacionais quer locais, com o objetivo clarificar o conceito de DS (em todas as suas dimensões) e de sensibilizar a comunidade da importância da transição para a sustentabilidade.

Como desenvolvimento futuro, iremos realizar a primeira proposta do SIDS com base no tratamento estatístico dos temas do Sistema de Indicadores. Posteriormente, esta proposta será apresentada aos governantes locais da CIMBB e a especialistas da área, através de entrevistas e grupos focais. Em simultâneo e através do Programa Cientificamente Provável, pretendemos questionar os alunos do 3.º ciclo, tendo por base o questionário aplicado à população da CIMBB, para comparar os resultados de ambas as populações e contribuir de igual forma para o desenvolvimento do SIDS para a CIMBB.

BIBLIOGRAFIA

Agência Portuguesa do Ambiente (2007). Sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável: SIDS-Portugal.

Boggia, A., Rocchi, L., Paolotti, L., Musotti, F., & Greco, S. (2014). Assessing rural sustainable development potentialities using a dominance-based rough set approach. *Journal of Environmental Management*, 144, pp. 160-167.

CIMBB. (2015). Beira Baixa – Produtos de Excelência. Castelo Branco: Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Comíns, J. S., & Moreno, D. R. (2012). La delimitación del ámbito rural: una cuestión clave en los programas de desarrollo rural. *Estudios geográficos*, 73(273), pp. 599-624.

Dias, P. (2015). A (in)sustentabilidade e contextualização da agenda 21 local. Lisboa: Edições Vieira da Silva.

Guerra, J., & Schmidt, L. (2009). Da carta aos compromissos de Aalborg - sustentabilidade local em Portugal no contexto europeu. Seminário Internacional "Experiências de Agendas 21: os desafios do nosso tempo", 27, 28 e 29 de novembro. Ponta Grossa – PR – Brasil. Obtido de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22500/3/ICS_JGuerra_LSchmidt_DaCarta_AI.pdf.

Huang, L., Wu, J., & Yan, L. (2015). Defining and measuring urban sustainability: a review of indicators. *Landscape ecology*, 30(7), pp. 1175-1193.

Lopes, C. (2013). Sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável local: estudo de caso no concelho de Abrantes (Tese de mestrado não publicada). Universidade Aberta, Lisboa.

Moreno Pires, S. (2017). Indicadores locais de desenvolvimento sustentável: tão importantes quanto negligenciados. Em S. Moreno Pires, A. Aragão, T. Fidélis, & I. Mendes, *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Instrumentos Estratégicos e Inovadores para Municípios Sustentáveis | O caso de Estarreja* (pp. 42-77). IJ/GOVCOPP/OHMI-CN. Obtido de http://www.ij.fd.uc.pt/publicacoes_monografias_011.html.

Niemann, L., Hoppe, T., & Coenen, F. (2017). On the Benefits of Using Process Indicators in Local Sustainability Monitoring: Lessons from a Dutch municipal ranking (1999–2014). *Environmental policy and governance*, 27(1), pp. 28-44.

Palmisano, G. O., Govindan, K., Boggia, A., Loisi, R. V., De Boni, A., & Roma, R. (2016). Local Action Groups and Rural Sustainable Development. A spatial multiple criteria approach for efficient territorial planning. *Land Use Policy*, 59, pp. 12-26.

Schmidt, L., & Guerra, J. (2013). Do ambiente ao desenvolvimento sustentável: contextos e protagonistas da educação ambiental em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, 25, pp. 193-211.

Schmidt, L., Truninger, M., Guerra, J., Prista, P., (2016). Primeiro Grande Inquérito sobre Sustentabilidade: Relatório Final. Observa, Lisboa.

Seixas, J. (2008). Dinâmicas de Governanza Urbana y Estructuras del Capital Socio-Cultural en Lisboa. *Boletín de la A.G.E.* N.º 46, pp. 121-142.

Tanguay, G. A., Rajaonson, J., Lefebvre, J.-F., & Lanoie, P. (2010). Measuring the sustainability of cities: An analysis of the use of local indicators. *Ecological Indicators*, 10(2), pp. 407-418.

Viégas, O. (2017). Integração da componente não material na avaliação da Sustentabilidade Regional-Local: o caso de Alagoas e Maceió – Brasil (Tese de doutoramento não publicada). Universidade Aberta, Lisboa.